



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

16
16

Embargos de Declaração nº 0153004-7/02

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0153004-7/02

Embargante: Condomínio do Edifício Porto dos Corais

Embargado: Delmiro Rodrigo Andrade da Cruz Gouveia e Outros

Des. Relator: Tenório dos Santos

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE PRÉQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE. RECURSO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE. 1. O recurso de embargos de declaração possui natureza integrativa destinada a desfazer obscuridades, sanar contradições ou suprir omissões. 2. Não é cabível o manejo dos aclaratórios com a finalidade única de pré-questionamento. 3. Embargos Improvidos. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0153004-7/02, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, em conhecer do recurso para **NEGAR-LHE** provimento, de forma unânime, tudo de acordo com o voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 4/4/13.

Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

14
[assinatura]

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0153004-7/02

Embargante: CONIC – Construções e Incorporações Ltda.

Embargado: Delmiro Rodrigo Andrade da Cruz Gouveia e Outros

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração, com finalidade de prequestionamento, opostos com fulcro no art. 535, do Código de Processo Civil, em face de acórdão proferido por esta 4ª Câmara Cível na Apelação Cível de nº 0153004-7, em apenso, que por unanimidade de votos concedeu parcial provimento ao recurso de apelação manejado pela embargante apenas para reduzir a condenação em multa astreintes.

Sustenta a embargante, em suas razões recursais, que os presentes Embargos de Declaração servem como requisito para o prequestionamento das matérias infraconstitucionais dispostas nos artigos 267, inciso VI, §3º e 393, ambos do Código de Processo Civil.

É o essencial a relatar.

Recife, 4/4/13.

[assinatura]
Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

18
18/02

Embargos de Declaração nº 0153004-7/02

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0153004-7/01

Embargante: Condomínio do Edifício Porto dos Corais

Embargado: Delmiro Rodrigo Andrade da Cruz Gouveia e Outros

Des. Relator: Tenório dos Santos

VOTO

É sabido que os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo.

Em regra, não possui os embargos de declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Dessa forma, os embargos de declaração, ainda que com a finalidade de prequestionamento, só devem ser admitidos se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejam seu manejo, o que não se verifica no presente caso.

Nesse diapasão, saliento que o referido *decisum* explorou o tema aventado de forma plena, fundamentando expressamente as razões que ensejaram a declaração de legitimidade passiva da embargante, bem como acerca da incidência da multa astreintes.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0153004-7/02

Assim, percebe-se que a alegada questão quanto ao pré-questionamento da matéria é descabida, pois na decisão embargada houve apreciação da questão litigiosa, de acordo com o que se reputou concernente ao conflito.

Ressalto que para fins de pré-questionamento, erigido a requisito de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, é necessário apenas que a matéria versada nos autos tenha sido apreciada e decidida pela Corte Local, não havendo qualquer exigência que o acórdão embargado disserte ou faça referência expressa a dispositivos legais ou constitucionais invocados pela embargante, bastando que o Órgão Julgador tenha exposto de forma clara e coerente, a motivação que o conduziu ao resultado do julgamento.

Nesse sentido, destaco os seguintes arestos do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE QUALQUER UM DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 E INCISOS DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 535 do CPC.
2. No caso concreto, não se constata qualquer das hipóteses ensejadoras dos embargos de declaração. É certo, ainda, que o



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

20
f.p.

Embargos de Declaração nº 0153004-7/02

desprovemento do agravo regimental decorreu da incidência da Súmula n. 182/STJ.

3. Se não há vício na decisão, não se acolhem embargos para fins de prequestionamento.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(AgRg no AgRg no Ag 1415918/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 03/09/2012)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO PARA FINS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INVIABILIDADE.

1. O acórdão embargado concluiu que modificar o quantum dos honorários, levando-se em consideração o zelo e o trabalho dos procuradores, exige reexame da matéria fático-probatória, obstado pela Súmula 7/STJ.

2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

4. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.

5. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 74.997/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 03/09/2012)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

21
/ 6.

Embargos de Declaração nº 0153004-7/02

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÕES. AUSÊNCIA.
PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE.

(...)

II-Esta c. Corte já tem entendimento pacífico de que os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição).

Embargos declaratórios rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 723962 / DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, T5 - QUINTA TURMA, Publicação DJ 02/10/2006 p. 300) (grifei e omiti).

A conclusão é a de que estando devidamente fundamentada a decisão embargada é descabida a pretensão de prequestionamento.

Dessa forma, constituindo-se os embargos declaratórios, a teor do art. 535, incisos I e II, do CPC, medida de natureza integrativa destinada a desfazer obscuridade, sanar contradição ou suprir omissão, impõe-se sua rejeição quando opostos com o intuito de provocar, essencialmente, o prequestionamento explícito de matéria já ventilada.

Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração, mas nego-lhes provimento por violação aos artigos 535 e 536 do CPC.

É como voto.

Recife, 04/4/13.


Tenório dos Santos

Des. Relator